



SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO

ANGELA MARIA DULCI

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

roxodulci@hotmail.com

ELEONICE DE FÁTIMA DAL MAGRO

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Centro de Estudos Socioambientais - CECISA

eleonice@unir.br

LILIANE MARIA NERY ANDRADE

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Centro de Estudos Socioambientais – CECISA

lilianenery@unir.br

MICHEL JOSÉ BUENO PEDROSO

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

michelpedroso317@gmail.com

ELLEN CRISTINA DE MATOS

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Centro de Estudos Socioambientais – CECISA

ellen_dematos@unir.br

SANDRA DA CRUZ GARCIA

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

sandra@unir.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em apontar quais os procedimentos das Instituições de Ensino Superior do município de Cacoal- RO que denotam as ações praticadas no âmbito da Sustentabilidade, haja vista a necessidade de se conhecer as práticas sustentáveis e o incentivo ao desenvolvimento sustentável nas referidas instituições, uma vez que estas fomentam a economia local, geram forte movimentação financeira na cidade e contribuem para a formação de futuros profissionais. Realizou-se uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa por meio do método dedutivo, mediante adoção de procedimentos de pesquisa bibliográfica, de campo e documental. A técnica de pesquisa empregada foi a de entrevistas com apoio de formulário pré-elaborado, com gestores de instituições de ensino superior presenciais do município de Cacoal, uma vez que são responsáveis por controlar, organizar e alocar os recursos, além de solucionar possíveis problemas de conformidade das mesmas. Os dados foram verificados, interpretados e confrontados, utilizando-se figuras com o auxílio de recursos do Microsoft Word.

Palavras chave: Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. IES. Ensino Superior.

1. INTRODUÇÃO

Problemas causados pelo uso excessivo dos recursos naturais vêm mostrando ao longo dos anos que o desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado à mudança nos hábitos de consumo e nas desigualdades da sociedade no que tange as práticas sustentáveis. Sendo assim, define-se a sustentabilidade como sendo toda ação realizada visando a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, como o conjunto dessas práticas apoiando-se nas dimensões econômica, ambiental e social, que por sua vez alicerçam o modelo de gestão *Triple Bottom Line* (TBL).

A necessidade da preservação do meio ambiente está refletida em leis, a exemplo da Constituição Federal de 1988 que em seu art. 225, intentava regular os direitos do meio ambiente e assegurar uma boa qualidade de vida para as pessoas, além de atribuir responsabilidades de preservação ao poder público e à sociedade. Entre as muitas responsabilidades incumbidas ao poder público pela Constituição Federal brasileira está a de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como incentivar a conscientização pública para que ocorra a preservação. Sendo assim as instituições de ensino, seja qual nível for, devem oferecer disciplinas sobre meio ambiente ou trabalhar tal conteúdo de maneira transversal. As Instituições de Ensino Superior (IES) destinam-se a atividades de ensino, levando conhecimento aos membros da sociedade em diversas áreas, inclusive a ambiental. A influência exercida pelas IES é fundamental na formação de conceitos e valores na vida de seus alunos.

No município de Cacoal, considerado polo universitário no interior do Estado de Rondônia, as IES assumem dentre suas funções a responsabilidade de formar profissionais por meio de oferta de educação superior de qualidade, ampliando as oportunidades em um mercado de trabalho exigente. Ser uma cidade universitária impacta positivamente no município haja vista que, a circulação do dinheiro ocorre por meio de contratações em diversas áreas do comércio, construções, aluguel, beneficiando o setor imobiliário, é o caso dos alunos das cidades vizinhas que optam por não se deslocar todos os dias de suas cidades, essas e muitas outras situações fomentam o lado econômico e financeiro do município. Considerando o exposto, o presente trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: Como ou quais as práticas, ações ou projetos as IES têm com a finalidade de promover a prática Sustentável em suas ações?

Diante da problemática apresentada, o objetivo geral dessa pesquisa baseou-se em apontar quais os procedimentos das IES comprovam as ações praticadas relacionadas a Sustentabilidade, tendo como objetivos específicos: a) verificar se as instituições pesquisadas

estão em conformidade com a legislação ambiental; b) assinalar se a prática Sustentável atende ao *Triple Bottom Line* (TBL); c) identificar as ações de Sustentabilidade promovidas pelas IES. O estudo justifica-se pela necessidade percebida de se conhecer as práticas sustentáveis, afinal, de acordo com Rattner (1999), a inexatidão ao definir o conceito de sustentabilidade demonstra a carência teórica em associar constantemente as obras publicadas a assuntos específicos, e o incentivo ao desenvolvimento sustentável das IES do município, uma vez que essas instituições fomentam a economia local e geram forte movimentação financeira na cidade, além de contribuir como fonte de pesquisa para a realização de futuros trabalhos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Educar é repassar conhecimento. É a troca de experiências, principalmente entre os educadores e educandos. A educação tem como função proporcionar conhecimento intelectual, além de auxiliar na construção de caráter de um indivíduo, sendo capaz de intervir ao longo de toda a vida. Portanto, formar cidadãos, contribuir para os avanços tecnológicos e o desenvolvimento de toda uma sociedade, é o mesmo que incentivar uma boa educação. Para isso, são elaboradas leis que servem como direcionadores para uma educação acessível e de qualidade, sendo essas leis passíveis de mudanças quando necessitarem melhorias (MIRANDA; SCHIER, 2016). Para Carneiro e Novaes (2009), a educação está diretamente relacionada às características de um país e seus habitantes, além de utilizada para seu crescimento, por isso a mesma não pode se orientar por negócios. Entende-se que a junção entre sociedade, mercado e Estado pode ser uma possibilidade de se criar o equilíbrio dos negócios públicos e privados para regularizar o Ensino Superior. De acordo com Santos (2012), o ensino superior é o caminho para se adquirir mais conhecimento, por isso é nas IES que se deve vivenciar os princípios e as experiências de uma didática que transmite o conhecimento pautado na necessidade de cada aluno.

Kruger *et al* (2011) afirmam que as instituições de ensino são definidas como empresas que trabalham com o incentivo ao conhecimento por meio da educação. Entretanto, Costa; Almeida e Freitas (2010), relatam que as instituições também servem para suprir as carências de um povo, além de formar cidadãos, exercendo influência direta no crescimento coletivo, econômico, político. A Constituição Federal (1988) em seu art. 207, atribui as universidades autossuficiência didático-científica, administrativa e de gestão financeira e

patrimonial, mantendo a união entre ensino, pesquisa e extensão. Porto e Régnier (2003) relatam que as IES se deparam com diversas mudanças e desafios, dentre eles o fato de ter que inteirar-se, rever o modo de organização e se introduzir em uma sociedade com um novo papel social, além de ter que encontrar respostas para os impasses causados a população devido a essas mudanças. Siqueira (2005), ao escrever sobre as IES do Brasil, lembra da importância das grandes cidades no emprego dessas instituições, mas aponta as transformações que justificam a disseminação rumo ao interior, tais como possíveis parcerias públicas e privadas e o fato das cidades do interior apresentarem menor índice de violência, sem falar dos benefícios econômicos e financeiros com a geração de novos empregos e a introdução de novas culturas as pessoas. Destaca-se ainda a responsabilidades das instituições privadas nesse processo de migração e a adesão gradativa das instituições públicas.

2.2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A partir do momento que se adquiriu a consciência de que um dia os recursos naturais poderiam acabar, surgiram questionamentos sobre o que fazer para que essa situação pudesse se reverter. Almeida (2002) afirma que nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, essas discussões passaram a ser fomentadas ainda mais pela necessidade de manter as atividades econômicas e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente.

O primeiro instrumento mundial voltado para o meio ambiente foi a Declaração do Meio Ambiente em Estocolmo, de 1972, que culminou na elaboração de 26 princípios, que na sua essência resguardava o direito ao desenvolvimento e em paralelo a preservação do meio ambiente. A legislação ambiental brasileira é responsável por determinar direitos e deveres para as pessoas por meio de leis, competindo ao poder público a fiscalização quanto ao cumprimento ou não dessas leis. O descumprimento das leis ambientais resulta em punições como multas, perda de direitos ou até mesmo prisão. Ainda, algumas leis e eventos podem ser mencionadas como um marco na legislação ambiental brasileira para a preservação do meio ambiente, essas leis visavam na sua essência a continuidade do meio ambiente, conforme a Figura 1 a seguir.

Lei	Definição
Lei 6.938/81	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei 7.347/85	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.
Art. 225 da Constituição	Assegura que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à

Federal Brasileira	coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. Resultou na criação das convenções sobre biodiversidade e sobre mudanças climáticas, que mais tarde resultaria na elaboração do Protocolo de Kyoto e, na assinatura da Agenda 21, onde 179 países acordaram em elaborar estratégias que objetivavam o alcance do desenvolvimento sustentável.

Figura 1- Caracterização dos principais marcos para legislação ambiental brasileira

Fonte: Lei 6.938 (BRASIL, 1981); Lei 7.347 (BRASIL, 1985); Constituição Federal (BRASIL, 1988); Portal Brasil (2012).

Wolf (2009) relata que a lei da Política Nacional do Meio Ambiente foi responsável pela implantação de novos conceitos referentes a preservação do meio ambiente para as gerações atuais e futuras, além de prever a responsabilidade civil ambiental objetiva. No entanto, o autor ressalta que apesar de ampla, essa lei precisa ser aplicada em sua totalidade para que sejam alcançados os objetivos almejados. Para Capelli (2004), a Lei da Ação Civil Pública nº 7.347/85 é o instrumento processual que dentre seus objetivos, visa proteger o meio ambiente e proporcionar amparo legal aos interesses de toda a sociedade, tornando menos burocrático o acesso à justiça. Wolf (2009) concorda e assevera que essa lei resultou significativamente no desenvolvimento e gerenciamento ambiental.

2.3 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é a prática realizada visando a utilização, preservação e manutenção de todos os recursos naturais disponíveis. Para Munck e Souza (2009), a sustentabilidade integra um conjunto de atitudes que levam ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, Enlazador (2010), afirma que adotar práticas sustentáveis é apenas o início para um consumo sustentável. Mendes (2009) defende a ideia de que esse conceito exerce influência no futuro das pessoas, no modo como vivem e no que acreditam, e ressalta a importância da interação entre as pessoas e o meio ambiente. Segundo o autor, sustentabilidade envolve a necessidade de relação mútua entre valores morais, qualidade de vida, juntamente com a preservação ambiental e a necessidade de desenvolvimento com o nível de utilização dos recursos naturais que o ambiente pode suportar. Assim, para construir uma sociedade capaz de suprir suas necessidades produtivas, de consumo, de crescimento e ao mesmo tempo não comprometer novas gerações, é fundamental entender que o meio ambiente preservado proporciona o conforto da população e reflete no crescimento econômico (RATTNER, 1999). Dentre as práticas sustentáveis mais comuns realizadas, pode-se mencionar algumas como o uso racionalizado de ar-condicionado e lâmpadas, ou até mesmo suas trocas por ventiladores e lâmpadas mais econômicas, a compra de produtos com selo de

economia, produtos de origem sustentável e alimentos orgânicos, além disso, prezar pela coleta seletiva, onde ocorre a destinação correta do lixo, fazer a reutilização de impressões como rascunho, etc. (ENLAZADOR, 2010).

A crescente ameaça ao meio ambiente fez com que o conceito de sustentabilidade se tornasse forte, trazendo perante tanta preocupação o surgimento de novas convicções e um novo ponto de vista, afinal o que era para gerações futuras não poderia ser mais atual e presente. A preservação do meio ambiente é algo que interfere em todos os setores da economia. Esses setores são pressionados por leis e normas a aderirem a um conjunto de políticas e práticas para conseguir um desempenho ambiental satisfatório. Os sistemas de gerenciamento ambiental (SGA) objetivam a princípio, solucionar a questão econômica através do equilíbrio entre os setores e o meio ambiente, uma vez que uma empresa não suportaria tantas imposições sem o devido equilíbrio (LUCCA; GLOWACKI, 2008).

Dentre as normas existentes pode ser citada a ISO 14001. Trata-se de uma norma internacional que visa detalhar as condições necessárias para instalar e executar um SGA em uma empresa. As organizações de normalização da ISO encontram-se distribuídas em países por todo mundo.

No Brasil é regulamentado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. O SGA foi elaborado para ajudar tanto as empresas pequenas como as grandes, a preparar ações mais eficazes, evitar e monitorar grandes danos ambientais e ao mesmo tempo obter resultados econômicos positivos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015). Almeida (2002), relata que no início a atitude das empresas era diferente, a única preocupação com o ambiente estava em cumprir com o que se exigia as autoridades e/ou se não, ser bem visto pelos clientes.

De acordo com Munck e Souza (2009), a sustentabilidade é utilizada como ferramenta de estratégia na gestão da organização, auxiliando na tomada de decisão. Contudo, ressalta-se a dificuldade em tomar decisões envolvendo o tema, afinal, trata-se de um interesse social comum e que na maioria das vezes não há como prever as consequências. Para alcançar a sustentabilidade, as empresas devem procurar alternativas criativas, mantendo sempre a preocupação em se reinventar e ao mesmo tempo procurar novas alternativas sustentáveis e de baixo custo. Para Almeida (2002), a sustentabilidade precisa se reestruturar completamente, para que surjam novas condutas na sociedade. Essas transformações são necessárias, devido as desigualdades existentes na economia, onde as riquezas estão concentradas nos grandes empreendimentos e nas mãos dos empresários.

2.3.1 Triple Bottom Line (TBL)

O Tripé da Sustentabilidade assim conhecido em sua tradução para o português, é um modelo de gestão alicerçado nas dimensões da sustentabilidade pontuadas pelo desenvolvimento sustentável (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009). O TBL foi desenvolvido para oferecer suporte as empresas, para que o desenvolvimento sustentável ocorra de maneira equilibrada baseando-se nas dimensões econômica, social e ambiental. Para uma empresa utilizar o conceito do TBL, a mesma deve se preocupar bem mais do que a obtenção de lucro, tem de haver também a preocupação com as necessidades da sociedade e do meio ambiente. Uma estratégia empresarial com base no TBL defende a operação de atividades economicamente executável, favorável a sociedade e benéfica ao meio ambiente. De acordo com os autores, se tais atividades permanecerem equiparadas, as mesmas trarão retornos satisfatórios para a empresa. As empresas voltando-se para o lado econômico do tripé, devem estar preocupadas em desenvolver negócios possíveis e vantajosos para seus parceiros. Enquanto a questão ambiental, esses mesmos negócios apesar de vantajosos não podem interferir no meio ambiente de modo que venha prejudicá-lo.

Agora, além de se preocupar com o econômico e o ambiental, na parte social do tripé, a empresa deve-se voltar para a sociedade e seus membros, por assim dizer. Segundo os autores, a inserção do TBL no ambiente de trabalho requer modificações internas, pois esse modelo de gestão interfere nas atitudes das empresas e conseqüentemente na maneira como elas são vistas perante seus clientes e no mercado em que atuam. Para Barbieri e Cajazeira (2009), as empresas estão preocupadas na sua maioria apenas no retorno financeiro, contudo, eles esclarecem que na atualidade pensar dessa forma não é o bastante, principalmente em tempos em que a questão sustentável é algo tão discutido.

Os autores afirmam que o capital da empresa não deve ser visto apenas como bens materiais, uma vez que também existe o capital humano e esse também tem de ser considerado. Ainda, na discussão dos resultados encontrados em seu estudo, relatam certa deficiência no lado social do tripé e salientam que o equilíbrio só ocorre se as empresas se reinventarem e promoverem momentos de interação com o ambiente externo, para que os membros da sociedade possam compreender que de fato todos as dimensões devem viver harmonicamente.

2.4 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Segundo Viegas e Cabral (2014), dentre os 26 princípios estabelecidos pela Declaração do Meio Ambiente em Estocolmo em 1972, especificou-se a inserção da educação ambiental em todos os níveis de escolaridade, objetivando estimular a consciência ambiental no decorrer da vida de uma pessoa, refletindo em suas atitudes e local de trabalho.

Nesse ambiente, as organizações se deparam com grandes obstáculos para alcançarem os propósitos que o desenvolvimento sustentável impõe. Tais obstáculos ocorrem, pois, essas organizações relutam as inúmeras transformações. São tantos os entendimentos sobre o desenvolvimento sustentável que falta consonância em como mensurar as práticas sustentáveis, dificultando planejamentos e evolução. A visão de uma instituição deve estar voltada também para sua influência exercida em sociedade, e não somente aos seus interesses internos, para que dessa forma seja alcançada a longevidade da mesma. As constantes discussões que permeiam a questão ambiental, estão intrínsecas no ambiente da educação, o que estimula o meio ao que se está inserido, preparando ainda mais os profissionais para o convívio educacional.

2.4.1 As Instituições de Ensino Superior e o município de Cacoal

O estado de Rondônia em seu processo expansão ficou marcado pela extração e exploração de recursos naturais, isso culminou na diversidade populacional do mesmo. O grande deslocamento de pessoas de outras localidades, resultou na abertura de rodovias e no povoamento de pequenas cidades pelo interior do estado, dentre elas Cacoal. De acordo com dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, (2016), Cacoal possui uma área de 3.792,998 Km² e uma população estimada de 87.226 habitantes, tendo está aumentado com relação ao ano de 2010 em 8.652 habitantes.

O município de Cacoal encontra-se a 470 Km da capital Porto Velho, fazendo divisa com o estado do Mato Grosso e os municípios de Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Presidente e Castanheiras. A cidade com clima característico da região norte, quente e úmido, é rico em recursos naturais como rios, solo fértil e vasta diversidade de vegetação (KEMPER, 2006). A presença das IES no município de Cacoal e a diversidade nos cursos ofertados, faz com que muitos alunos se desloquem das cidades vizinhas todos os dias para estudar.

Conforme resultados divulgados pelo censo de 2010, o município de Cacoal como a terceira cidade com maior número de pessoas frequentando a graduação superior com um total de 3.823 pessoas, sendo a segunda maior em quantidade de pessoas em IES particulares com 3.105 pessoas e a quarta em IES públicas com 718 pessoas. Segundo Kemper (2006), a relação do Ensino superior com o município de Cacoal se deu com a primeira turma de formandos do curso de Licenciatura de 1º Grau em Letras, posteriormente, a construção da

Faculdade de Educação de Cacoal- FEC (1985), atual Faculdade Integrada de Cacoal-UNESC, a implantação de cursos pela Universidade Federal de Rondônia (1989), e a Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal - FACIMED (2002), ambas Faculdades particulares.

A presença das IES no município de Cacoal e a diversidade nos cursos ofertados faz com que muitos alunos se desloquem de cidades vizinhas todos os dias para estudar. As IES assumem perante a sociedade o papel de ensinar, preparar e informar seus alunos, sendo parte diretamente envolvida na promoção da sustentabilidade. Essas instituições além de realizar práticas sustentáveis sempre estão engajadas na conscientização de seus colaboradores. A expansão do município de Cacoal tem proporcionado meios para abertura tanto de IES, quanto de outros empreendimentos, propiciando geração de riquezas, desenvolvimento econômico, social e sustentável para os cidadãos cacoalenses. No estado de Rondônia estão cadastradas junto ao Ministério da Educação IES de 21 municípios, dos quais, 18 contam com IES de ensino à distância e 13 de ensino presencial. Cacoal, em se tratando das IES presenciais, possui 5 instituições e um Instituto Federal (PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -MEC, 2016). A Figura 2 apresenta a listagem das IES presenciais do município de Cacoal-RO, assim como a categoria administrativa a qual cada uma pertence e sua respectiva organização acadêmica.

IES	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Pública	Universidade
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED)	Privada	Faculdade
Faculdade Santo Andre (FASA)	Privada	Faculdade
Faculdades Integradas de Cacoal (UNESC)	Privada	Faculdade
Instituição de Ensino SUPERIOR de Cacoal (FANORTE CACOAL)	Privada	Faculdade
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)	Pública	Centro Universitário

Figura 2 - IES presenciais do município de Cacoal-RO

Fonte: Portal do Ministério da Educação (2016).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem o caráter exploratório e descritivo, pois busca levantar informações para melhor verificação e compreensão do problema apresentado, averiguando e comparando os conceitos apresentados com a realidade das IES presenciais do município de Cacoal/RO. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória tem o intento de proporcionar maior conhecimento sobre o problema, aperfeiçoando as ideias, com seu planejamento adaptável, de modo que viabilize o assunto estudado, assumindo a forma de pesquisa bibliográfica ou

entrevista. O autor enfatiza que a pesquisa descritiva delinea as características de um grupo de indivíduos ou fenômeno. Segundo Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa descritiva o pesquisador observa, registra, analisa e confronta fatos e fenômenos sem modificá-los, além de se utilizar questionários.

Dentre os muitos métodos existentes para se obter resultado nas pesquisas científicas, utilizou-se o método dedutivo, uma vez que esse método se apresenta a partir de um fato geral, visando suas particularidades. Parte de convicções aceitas como verdades incontestáveis e permite chegar à conclusão da afirmativa (GIL, 2008). Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. ” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51). Adotou-se a abordagem qualitativa não sendo necessária a utilização de métodos e técnicas estatísticas pois busca a verificação e identificação de dados não mensuráveis, tendo como um de seus objetivos identificar a contribuição das IES para a prática sustentável no município de Cacoal/RO.

3.1 COLETA DE DADOS

Foi realizada entrevista com base em formulário composto por questões previamente definidas tendo como respondentes gestores de instituições de ensino superior que atuam na modalidade presencial do município de Cacoal/RO, no mês de outubro de 2016 no local previamente agendado. “O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (LAKATOS; MARCONI, 2008, p. 100). A listagem das IES presenciais do município selecionadas para a pesquisa, foi realizada por meio de uma consulta junto ao e-MEC, direcionado pelo site do Portal do Ministério da Educação (MEC) e na análise e discussão as mesmas serão identificadas e caracterizadas como instituição A, B, C, e D, sendo essa denominação escolhida de maneira aleatória.

Em uma das IES, não foi possível realizar nenhuma entrevista, considerando que no agendamento a informação sempre foi de indisponibilidade para responder ao formulário. Das seis IES elencadas, verificou-se que uma, apesar de constar cadastrada no MEC como atuando no município de Cacoal, quando realizada a pesquisa *in loco*, apurou-se que a mesma não estava mais em funcionamento no município. Desta forma, dos seis gestores a serem entrevistados, somente quatro se dispuseram a responder à entrevista. Os dados foram verificados, interpretados e confrontados, utilizando-se figuras com o auxílio de recursos do Microsoft Word. O processo de análise e interpretação de dados procura satisfazer aos

objetivos da pesquisa, verificando e confrontando informações a partir das evidências observadas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

4. RESULTADOS

Nesta sessão são evidenciados os resultados da pesquisa de campo, a qual foi realizada junto às IES do município de Cacoal por meio de entrevistas com os gestores, onde foi possível obter informações necessárias para explicar sobre a problemática levantada neste estudo, tais como as práticas sustentáveis e sociais com retorno econômico ou não, além da promoção do desenvolvimento sustentável por meio de uma gestão sustentável. A primeira questão abordada com os gestores refere-se ao tempo de atuação na função de gestor nas IES estudadas. O tempo na função de gestor varia entre 1 ano e oito meses a 4 anos. Isso evidencia que todos os gestores são conhecedores de todas as práticas realizadas na instituição e estão aptos a responderem pela instituição da qual estão à frente.

Foi questionado aos gestores se a IES realiza alguma prática voltada para a sustentabilidade, ao que todas informaram realizar alguma prática sustentável. A IES A afirmou que o fato da educação ambiental está inserida de forma transversal em todos os currículos de seus cursos, é uma prática sustentável e a IES B, disse praticar o reaproveitamento de papel A4 como rascunho e ter adotado por lâmpadas de LED em suas dependências, além de ter adotado hábitos sustentáveis como a utilização dos ar-condicionado, deixando-os ligados somente no momento do uso e cada funcionário utilizar sua própria garrafa para beber água.

A IES C disse que ultimamente tem sido adotado o sistema de comunicação via correio eletrônico, o que acarreta menor consumo de papel, etc. e vem sendo realizado o levantamento ambiental pela engenharia de segurança do trabalho. A IES D, também disse realizar ações sustentáveis e desenvolver projetos entre seus acadêmicos, para motivar essas práticas. Na sequência, questionou-se sobre os impactos observados pela presença ou falta dessas práticas dentro da instituição, para a IES A, as práticas se constituem em aspectos fundamentais para a formação dos futuros egressos no âmbito de suas áreas profissionais, enquanto, as IES B e D, dizem que o impacto mais significativo foi o financeiro.

A IES D alega que nos primeiros meses, quando começou a se ter atitudes sustentáveis, houve uma economia de \$ 5.000,00 reais na conta de energia. E a IES C relatou que a falta de um plano sistematizado acarreta desperdício de energia, água, papel, etc. Arruda

e Quelhas (2010), afirmam que há muito o que se discutir sobre práticas sustentáveis nos negócios, tendo em vista que a diversidade na sociedade pode exercer influência direta na vida de cada pessoa e no ambiente do qual fazem parte.

Questionou-se os gestores quanto ao desenvolvimento de projetos voltados ao meio ambiente ou para a comunidade, a IES A, disse promover projetos e eventos voltados a comunidade e a IES C informou que o Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicadas - CECISA desenvolve projetos na área, enquanto as IES B e D disseram não promover nenhum projeto. Observou-se quando os gestores respondiam ao questionamento que, ao desenvolverem tais projetos e eventos as instituições intencionavam não tão somente a presença da comunidade, mas sim sua interação por meio de sugestões que pudessem contribuir de alguma forma para o enriquecimento de ambos.

Outro ponto abordado com os empresários foi se eles, enquanto a frente da IES, possuem algum interesse em promover o Desenvolvimento Sustentável, todos foram unânimes ao dizerem que sim. A Figura 3 apresenta as ponderações dos gestores sobre a indagação.

IES	Justificativa
A	Pratica-se tanto no âmbito interno e externo o desenvolvimento sustentável através de ações micro o macro, desde orientações aos colaboradores até palestras e projetos para a comunidade.
B	Há o interesse em ampliar as formas de atuação de maneira sustentável.
C	Há o interesse, pois, melhora a eficiência nos processos de trabalho, reduz erros e várias despesas. Agilidade na comunicação, e solução de problemas também reduz gastos, etc.
D	O sucesso de projetos anteriores tem servido de motivação para promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Figura 3 - Interesse dos gestores na promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Assim, conforme a Figura 3, observou-se que todos os gestores além de interessados na promoção do Desenvolvimento Sustentável, já a realiza há algum tempo. O questionamento seguinte refere-se as recomendações passadas aos funcionários da instituição para a prática de ações sustentáveis, a IES A respondeu que existe algumas ações de orientação ao uso dos recursos e que um de seus cursos promoveu em algumas ações orientação na economia de energia. A IES B relatou recomendar a economia de energia, o uso de papel reciclado e o uso de garrafas para água e a IES C disse que há essas recomendações pelos motivos mencionados na questão anterior. Já a IES D, disse ter inserido essas recomendações por meio de seus projetos, envolvendo toda a comunidade acadêmica, a partir de então, recomendou-se economizar energia e água, com a disponibilização de canecas por toda a instituição. Quanto ao uso de papel reciclado, o gestor disse ser inviável financeiramente, pois uma resma da folha de papel A4 reciclado custa quase o triplo se comparada a folha comum. Quando questionados se a IES utiliza questões Socioambientais

como parâmetro para definição de Planejamento Estratégico e até que ponto essas questões influenciam na tomada de decisão, os gestores divergiram em suas considerações como pode ser observado na Figura 4 a seguir:

IES	Resposta	Justificativa
A	Sim	Um exemplo prático é o programa de orçamento onde tem custos previstos para ações socioambientais e realiza-se análise para racionalização de recursos influenciando diretamente na tomada de decisões.
B	Não	Apesar de não utilizar como parâmetro, mas sempre que possível a instituição procura atender a essas questões.
C	Sim	Não respondeu quanto a influência na tomada de decisão.
D	Não	Já está previsto para o próximo orçamento, referente ao ano de 2017.

Figura 4 - Resposta sobre a utilização de questões Socioambientais como parâmetro para definição de Planejamento Estratégico e tomada de decisão.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Nota-se de acordo com a Figura 5, que uma instituição utiliza questões Socioambientais como parâmetro para definição de Planejamento Estratégico e/ou para tomada de decisão, percebe-se ainda, que de alguma forma questões como essas já fazem parte da vida dessas IES, seja para não ser indiferente ao que acontece, seja para utilizar em um futuro próximo. Na sequência, foi questionado se as instituições tinham a preocupação em adquirir produtos de origem sustentável e quais as principais dificuldades encontradas para a compra de tais produtos, as instituições foram unânimes ao dizer que existe a preocupação em se adquirir produtos dessa natureza, porém divergiram quanto as dificuldades encontradas.

O gestor da IES A afirmou que a maior dificuldade está diante da localização regional, havendo dificuldade no fornecimento de produtos que tenha políticas socioambientais e as IES B e D assemelharam dizendo que a dificuldade se encontra principalmente na acessibilidade dos preços, uma vez que, os produtos de origem sustentável chegam a ser mais caros que os produtos convencionais. Já IES C, disse que apesar do setor de compras está centralizado em outra cidade, há recomendação para que se adquira produtos de origem sustentável. Questionou-se sobre quais os relatórios publicados pela IES para divulgar seu desempenho social, ambiental, econômico e se eles eram de fácil acesso a comunidade, ou ainda, qual o interesse em torna-los transparentes.

O gestor da IES A afirmou as ações realizadas pela instituição, são divulgadas no site institucional e nas mídias sociais e garantiu existir diversas razões para torná-las públicas, pois a missão da instituição é “formar profissionais e cidadãos livres e conscientes que visam desenvolver seus projetos de vida, de forma participativa, responsável, crítica e criativa, e que desenvolvam, construam e apliquem o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade” logo deve haver a conscientização da importância da preocupação social,

ambiental e econômica. Foi relatado pelo gestor da IES B, a participação em diversos eventos de cunho social no município, no entanto, os de ordem ambiental são poucos. Quanto a divulgação, a mesma se dá por meio do site institucional e em jornais locais. A IES C, também disse que seus relatórios são comumente divulgados no site institucional. Na IES D foi informado que são feitos relatório somente para divulgação interna, para alunos e servidores, o gestor alega não ter visto a necessidade na divulgação desses relatórios para a comunidade, uma vez que os projetos desenvolvidos, foram desenvolvidos internamente.

5. CONCLUSÃO

O objetivo da presente pesquisa consistiu em apontar quais os procedimentos das IES presenciais do município de Cacoal - RO comprovam as ações praticadas voltadas a Sustentabilidade. De acordo com a pesquisa as instituições que possuem alguma área de proteção ambiental ou se enquadravam em alguma obrigação ambiental preocupam-se em estar em conformidade com a legislação. Contudo, não pode ser afirmado que as IES estão em conformidade com a legislação, uma vez que não foi possível constatar tais informações por meio de documentos. Foi averiguado que não há uma cobrança da comunidade local para questões envolvendo o tema. Notou-se também que o município tem se envolvido pouco nessas práticas e que os órgãos municipais e as secretarias precisam ser procurados pelas instituições quando há algum interesse em desenvolver algum projeto voltado para sustentabilidade. Percebe-se que o investimento das instituições em uma gestão sustentável é algo recente, exceto aquelas com maior tempo de formação, e que apesar delas terem práticas sustentáveis, não pode ser dito que as mesmas exercem o desenvolvimento sustentável, mas isso pode variar de acordo com cada interpretação.

De acordo com entrevista na IES A, poderia ser dito na concepção de alguns autores que a instituição desempenha o desenvolvimento sustentável, pois diferentemente das outras IES entrevistadas que possuem apenas uma ou duas das dimensões do tripé da sustentabilidade, essa instituição tem projetos tanto para o social quanto para o ambiental e ainda consegue obter retorno econômico. No entanto, na interpretação de outros autores, não seria possível fazer essa afirmação uma vez que eles dizem que além de possuir essas três dimensões deve-se possuir o equilíbrio das mesmas e essa instituição possui todas as dimensões, porém não de maneira equivalente.

Voltando-se para as práticas de sustentabilidade desenvolvidas dentro das instituições, é notório que a muito o que ser feito, pois as atuais práticas são simples perto do que pode ser feito pelo meio ambiente como um todo. Dentre as instituições, foi observado que as práticas desenvolvidas na IES D foi a que causou maior mobilização no ambiente acadêmico, visto que foram extintos todos os copos descartáveis, inclusive para os visitantes, e que a ação de um simples desligar de tomada se tornou algo natural e não uma necessidade de policiamento igual nas outras instituições. Quanto as IES atenderem ao TBL, nota-se que as mesmas não executam tal modelo de gestão, visto que esse modelo de gestão é alicerçado no desenvolvimento sustentável, que por sua vez baseia-se nas três dimensões da sustentabilidade.

Percebeu-se que gerir respaldando-se no TBL é algo recente para a realidade das instituições. Conclui-se, portanto, que o trabalho atendeu ao objetivo proposto e, a partir das contribuições dessa pesquisa, verifica-se que o assunto não se esgota e outros trabalhos podem ser aplicados, no sentido de alertar instituições sobre os prejuízos causados ao meio ambiente com a falta de ações e gestão sustentáveis, e que as instituições possam começar a transparecer suas ações para comunidade sem a necessidade de cobranças. Sugere-se para futuros trabalhos, realizar uma pesquisa em todas as instituições do município, tanto presencial quanto as de Ensino a Distância, voltando-se somente para a gestão sustentável das instituições.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 191p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Introdução à **ABNT NBR ISO 14001:2015**, Rio de Janeiro; São Paulo, 2015. Disponível em: <www.abnt.org.br/.../146-abnt-nbr-iso-14001?download=396...a...nbr...> Acesso em: 29 jan. 2016.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35.ed. Brasília: Senado, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35.ed. Brasília: Senado, 2012.

BRASIL. **[Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#)**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BRASIL. **[Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985](#)**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético,

histórico, turístico e paisagístico ([VETADO](#)) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm>. Acesso em: 25 jan. 2016.

CARNEIRO, Breno Pádua Brandão; NOVAES, Ivan Luiz. Regulação do ensino superior o contexto da contemporaneidade. In: NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs.). **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 63-90. Disponível em: <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 13 mar. 2016.

CAPELLI, Silvia. A ação civil pública ambiental: a experiência brasileira, análise de jurisprudência. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, ano 9, n. 33, 2004. p. 173-198. Disponível em: <http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=000502415>. Acesso em: 15 mai. 2016.

COSTA, Marvile Palis; ALMEIDA, Maria Olívia Duarte Batistuta e; FREITAS, Terezinha Silva. **Ensino, pesquisa e extensão: compromisso social das Universidades**. 2010. Disponível em <http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/tcc_terezinha.pdf>. Acesso em 2 fev. 2016.

ENLAZADOR, Thomas (Org.). **Almanaque de Práticas Sustentáveis**. Recife: Edição Independente. 3. ed. 2010. Disponível em: <www.ifsp.edu.br/sustentavelalmanaquePraticasSustentaveis.pdf> Acesso em: 30 fev. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades @**. Site que traz informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 22 jun. 2016

KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. 2. ed. Goiânia: Grafopel, 2006

KRUGER, Silvana Dalmutt *et al.* Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (a3p). **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p.44-62, 2011. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da Sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**. V. 7, n. 2, p. 49-59, 2009. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/links/revista-academica.php>> Acesso em: 30 fev. 2016.

MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. A influência do ensino de história na educação infantil e formação do aluno. **Revista Educação em Foco**, 8. ed. 2016. Disponível em: <unifia.edu.br/revista.../revistas/educacao.../003_influencia_historia_educ_infantil.pdf> Acesso em: 10 abr. 2016.

MUNCK, Luciano, SOUZA, Rafael Borim de. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Estratégia**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 185-202, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

PORTAL BRASIL. **Acordos globais**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MEC. **E-MEC**: Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

PORTO, Claudio; RÉGNEIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: Uma Abordagem Exploratória**. 2003.

Disponível em

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. EBOOK.

Disponível em <www.feevale.br/editora>. Acesso em: 12 fev. 2016.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Revista Ambiente & Sociedade**, 1999. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31713413020>> Acesso em: 23 fev. 2016.

SANTOS, Marilda Carneiro. Universidade Estadual de Feira de Santana: Trajetórias, desafios e proposições para a inclusão no ensino superior. In: MIRANDA, Theresinha; FILHO, Teófilo Alves Galvão (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 435-450. Disponível em: <www.planetaeducacao.com.br/portal/.../o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf> Acesso em: 13 mar. 2016.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. O ensino superior e a universidade. **Revista RAE-eletrônica**. v. 4, n. 1, Art. 15, 2005.

VIEGAS, Socorro de Fátima da Silva; CABRAL, Eugênia Rosa. **Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional**. Florianópolis, 2014. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2016.